

Alupar

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020 INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS



7.929 km
de Linhas de
transmissão



25 Subestações
próprias



687 MW
de Capacidade
de Geração



588,3 MW
Geração
hidráulica



98,7 MW
Geração eólica

Relatório da Administração

Aos Acionistas: A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores Companhias em termos de Receita Anual Percebida (RAP), sendo o maior de controle Nacional Privado. A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, além de uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (rating AAA (bra) na escala nacional e rating BB na escala internacional, pela Fitch Ratings), bem como uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

- Participação em leilões para os ativos de transmissão;
- Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs, parques eólicos e centrais fotovoltaicas;
- Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina;
- Análise de projetos brownfield - M&A **Transmissão:** A Alupar possui participação em concessões de 30 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 7.929 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil e um perpétuo localizado na Colômbia, sendo 24 Operacionais e 6 em fase de implantação. **Geração:** Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, e parques eólicos no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 580,0 MW em operação, 84,0 MW em implantação e um projeto (Antônio Dias) de 23 MW em fase de licenciamento.

2. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3, tais como:

- Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN;
- Conselho de Administração contendo Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e Comitê de Finanças; e
- Contratação de Partes Relacionadas, sendo como Comitê de Auditoria;
- Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pills);
- Previsão no Estatuto Social de Instituição de Conselho Fiscal;
- Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.981.995.690,0 e dividido em ações ordinárias e preferências conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	452.995.967	75,88%	5.471.128	1,94%	458.466.495	52,15%
FH-GT5*	35.162.754	5,89%	70.325.508	24,92%	105.488.262	12,00%
Outros*	108.797.849	18,23%	206.358.663	73,14%	315.156.512	35,85%
Total	596.955.700	100,00%	282.155.299	100,00%	879.111.269	100,00%

*free float

4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 14 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.725, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, estabelecendo reajuste de 1,88% para contratos indexados pelo IPCA e de 5,1% para contratos indexados pelo IGP-M. Em 2020, a Receita Líquida atingiu R\$ 6.140,7 milhões, ante os R\$ 4.592,1 milhões registrados em 2019. O EBITDA atingiu R\$ 3.453,7 milhões, ante os R\$ 2.557,7 milhões apurados em 2019 e o Lucro Líquido totalizou R\$ 942,1 milhões, ante os R\$ 890,3 milhões registrados em 2019.

5. Investimentos

Em 2020 foram realizados investimentos totais da ordem de **R\$ 2.391,7 mm** em nossas empresas, sendo R\$ 2.310,4 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 79,6 mm no segmento de geração, e R\$ 1,6 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os **R\$ 1.721,7 mm** registrados em 2019, quando R\$ 1.634,8 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 86,7 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 0,2 mm no desenvolvimento de novos negócios.

6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN). As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2020 cotadas a R\$ 27,09, uma valorização de 1,1%, em relação ao fechamento de 2019. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 8,1%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 7,9 bilhões. Ao longo de 2020, as units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 20,0 milhões, frente ao volume médio diário de R\$ 18,0 milhões, em comparação a 2019.

7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolve uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria da cultura.

8. Responsabilidade socioambiental

A Alupar tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

9. Cenário Macroeconômico

No ano de 2020, o Brasil enfrentou uma crise sanitária, em razão da pandemia da Covid-19, que impactou todos os setores da economia e da sociedade, tal circunstância enfrentada no cenário doméstico, desviou o foco das discussões sobre reformas estruturais, para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, tanto para a população mais necessitada e para os segmentos de negócios mais impactados pelo distanciamento social. Houve uma grande redução nos níveis de emprego, que poderia influenciar na retomada da atividade econômica em 2021. Em virtude de todo este cenário adverso da pandemia, o PIB (Produto Interno Bruto) caiu -4,1% em 2020. Adicionalmente, houve a redução de 2,5 p.p. na taxa Selic, que por sua vez encerrou o ano em 2,0% a.a., o que influenciou no nível do retorno dos investimentos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2020 em 4,52% ante os 4,31% registrados em 2019, a taxa de Juros de Longo Prazo (TLPI) atingiu 4,55% ante os 5,57% registrados em 2019, e por fim, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) registrou 23,1% em 2020, contra 7,32% no ano passado.

10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais ("TR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade Internacional Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Adotamos o sistema de rotulagem dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para o período de 2019 - 2020. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2020 corresponde ao montante de R\$ 2.326.562,44 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2020 e das informações Trimestrais ("TR") da Alupar Investimento S.A.

11. Balanço Social

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
Base de cálculo						
Receita líquida (RL)	6.140.745		4.592.099			
Lucro operacional (LO)	3.318.554		2.444.773			
Folha de pagamento bruta (FPB)	194.013		104.038			
Valor adicionado total (VAT)	4.545.815		3.087.913			
Indicadores sociais internos						
Encargos sociais contribuintes	30.599	15,77%	0,50%	0,67%	19.600	18,84%
Assistência Médica e Vale Transporte	10.799	5,57%	0,18%	0,24%	7.486	7,20%
Previdência Privada	2.638	1,36%	0,04%	0,06%	2.293	2,20%
Educação	590	0,30%	0,01%	0,01%	254	0,24%
Auxílio alimentação	7.844	4,04%	0,13%	0,17%	5.564	5,35%
Outros	3.564	1,84%	0,06%	0,08%	810	0,78%
Total	56.034	28,88%	0,91%	1,23%	36.007	34,61%
Indicadores sociais externos						
Doações e contribuições	3.303	0,10%	0,05%	0,07%	1.307	0,05%
Projetos de incentivo à cultura	3.507	0,11%	0,06%	0,08%	650	0,03%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	16.373	0,49%	0,27%	0,36%	14.611	0,60%
Tributos excluídos e encargos sociais	1.453.267	43,79%	23,67%	31,97%	928.917	38,00%
Total	1.476.450	44,49%	24,04%	32,48%	945.485	38,67%
Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados à atividade da empresa	9.311	0,28%	0,15%	0,20%	6.243	0,26%
Projetos de preservação ambiental	8.233	0,25%	0,13%	0,18%	1.606	0,07%
Projetos de educação ambiental	3.584	0,11%	0,06%	0,08%	15.691	0,64%
Desapropriações de terras	26.583	0,80%	0,43%	0,58%	49.320	2,02%
Manejo de vegetação	14.242	0,43%	0,23%	0,31%	1.363	0,06%
Total	61.952	1,87%	1,01%	1,36%	74.225	3,04%

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
Indicadores sociais internos						
Encargos sociais contribuintes	30.599	15,77%	0,50%	0,67%	19.600	18,84%
Assistência Médica e Vale Transporte	10.799	5,57%	0,18%	0,24%	7.486	7,20%
Previdência Privada	2.638	1,36%	0,04%	0,06%	2.293	2,20%
Educação	590	0,30%	0,01%	0,01%	254	0,24%
Auxílio alimentação	7.844	4,04%	0,13%	0,17%	5.564	5,35%
Outros	3.564	1,84%	0,06%	0,08%	810	0,78%
Total	56.034	28,88%	0,91%	1,23%	36.007	34,61%
Indicadores sociais externos						
Doações e contribuições	3.303	0,10%	0,05%	0,07%	1.307	0,05%
Projetos de incentivo à cultura	3.507	0,11%	0,06%	0,08%	650	0,03%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	16.373	0,49%	0,27%	0,36%	14.611	0,60%
Tributos excluídos e encargos sociais	1.453.267	43,79%	23,67%	31,97%	928.917	38,00%
Total	1.476.450	44,49%	24,04%	32,48%	945.485	38,67%
Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados à atividade da empresa	9.311	0,28%	0,15%	0,20%	6.243	0,26%
Projetos de preservação ambiental	8.233	0,25%	0,13%	0,18%	1.606	0,07%
Projetos de educação ambiental	3.584	0,11%	0,06%	0,08%	15.691	0,64%
Desapropriações de terras	26.583	0,80%	0,43%	0,58%	49.320	2,02%
Manejo de vegetação	14.242	0,43%	0,23%	0,31%	1.363	0,06%
Total	61.952	1,87%	1,01%	1,36%	74.225	3,04%

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
Indicadores do corpo funcional						
Empregados no final do período	791			861		
Escoladados dos empregados	-			370		
Superior e extensão universitária	394			467		
2º Grau	390			-		
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos	88			138		
De 30 até 45 anos	515			541		
Acima de 45 anos	176			178		
Admissões durante o ano	158			223		
Mulheres que trabalham na empresa	177			157		
Portadores de deficiências físicas	141			32		
Estagiários	5			1		
Estagiários	8			4		

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa: 21,0
Acidentes de trabalho: 8,6

Análise do Resultado Consolidado: Receita Operacional Líquida - IFRS: A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de **R\$ 2.405,2 mm** no 4T20, 75,7% superior aos **R\$ 1.369,4 mm** registrados no mesmo período do ano passado.

	Receita Líquida (R\$ MM)					
	3T20	4T20	4T19	Varição %	2020	2019
Receita de Transmissão de Energia	81,0	376,9	60,1	-	591,2	461,1
Receita de Infraestrutura	980,2	767,0	1.069,9	(28,3%)	3.241,7	3.393,0
Remuneração do Ativo de Concessão	423,9	2.780,1	162,2	700,9%	2.266,3	424,4
Receita de Suprimento de Energia	152,4	195,2	203,2	(3,9%)	645,9	738,2
Total	1.637,5	2.638,0	1.495,4	76,4%	6.745,1	5.024,7
Deduções	146,2	223,5	129,9	-	694,3	432,6
Receita Líquida IFRS	1.491,3	2.405,5	1.369,4	75,7%	6.050,8	4.592,1

(a) aumento de **R\$ 1.150,6 mm** no faturamento das transmissoras, sendo: (i) R\$ 428,7 mm em razão das alterações de premissas de cálculo das margens de construção e O&M e das taxas de remuneração, já consideradas na adoção inicial do CPC 47, para adequação às determinações do Ofício-Circular nº 4, divulgado em 1º de dezembro de 2020 pela CVM. Segue abaixo as principais variações:

	Transmissoras										
	ETC	ETB	EDTE	TPE	TCC	TSM	ESTE	EHTE	EATE	EBTE	Demaís Transmissoras
Receita de Remuneração do Ativo de Concessão	55,6	63,4	32,9	381,5	87,9	23,5	20,8	-248,3	-170,0	157,5	30,2
Receita de Infraestrutura	-2,7	-2,9	-1,1	-88,0	-64,1	-38,7	-4,6	66,9	100,3	-142,9	85,6
Receita de Transmissão de Energia	2,7	3,1	1,0	1,2	-	-	-	-	-	-16,1	71,6
Total	55,6	21,1	32,8	294,7	23,8	(15,3)	16,2	(4,4)	(11,0)	(1,5)	15,7

(+) R\$ 363,1 mm decorrente da correção monetária do ativo contábil, principalmente dos itens indexados ao Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, que registrou 19,80% no acumulado de junho/20 - dezembro/20. Abaixo as principais variações:

	Consolidado										
	ETEP	ENTE	ERTE	EATE	ECTE	STN	Trans-este	Trans-deste	Trans-rapê	Lumi-trans	AETE
Correção Monetária	31,5	61,3	14,5	141,8	29,4	51,5	11,6	8,7	21,8	9,6	14,9
4T20	2,6	4,9	1,6	11,5	2,4	4,5	1,0	0,7	2,1	0,9	1,3
4T19	2,6	4,9	1,6	11,5	2,4	4,5	1,0	0,7	2,1	0,9	1,3
Variáveis	29,0	56,4	12,9	130,3	27,0	47,0	10,6	8,0	19,7	8,7	13,6

(b) redução de **R\$ 7,9 mm** na Receita de Suprimento de Energia, conforme tabela abaixo:

	Alupar					
	Geração Combinado		Comercializadora		Eliminações	
4T20	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
ACR	481.843	166,31	80.137	-	-	-
ACL	166.313	255,97	42.571	-	-	-
Comercialização	210.417	205,92	43.330	226.474	158,83	35.971
Partes Relacionadas	42.506	184,98	7.863	6.624	246,03	1.630
CCEE/Ajustes	-	-	8.780	-	-	1.985
Impostos	-	-	247	-	-	-
Total	182.928	-	39.586	-	-	(27.285)

	Alupar					
	Geração Combinado					

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.221.435	1.475.760	4.084.394	5.441.876	19	449.186	1.221.435	2.290.153	2.085.695	
Investimentos de curto prazo	6	555.099	993.103	1.405.506	2.864.348	20	169.588	161.714	459.821	479.525	
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	767	4.470	24	26.742	77.866	385.127	401.370	
Contas a receber de clientes	8	32.179	51.648	415.353	346.528	28	6.007	4.929	57.783	39.978	
Dividendos a receber	29	390.119	286.469	75	75	17	-	-	63.642	60.073	
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	26.032	38.085	81.684	97.249		-	-	58.781	60.073	
Outros tributos compensáveis		5.191	105	59.476	37.714		156	111	49.274	47.038	
Estoque		-	-	7.856	10.445		514	473	7.392	6.071	
Despesas pagas antecipadamente		63	77	5.828	5.339		18	-	100.012	63.105	
Causas e depósitos judiciais	21	-	-	384	384		29	246.153	202.197	509.475	384.599
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.290.362	951.888		15	-	1.456	5.794	
Outros ativos		22.968	76.799	142.944	98.202		16	-	13.720	19.938	
Não circulante		5.631.386	4.784.279	18.492.116	13.927.856		21	-	180.958	73.594	
Realizável a longo prazo		104.459	162.308	13.486.495	9.172.874		26	24	36.202	55.592	
Contas a receber de clientes	8	-	-	20.903	12.528		19	653.499	810.536	11.341.675	9.743.972
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	102.852	100.493		20	647.253	802.916	2.155.652	1.635.795
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	28	-	-	3.187	3.187			1.132	1.687	28.300	27.892
Outros tributos compensáveis		-	-	3.460	2.774		28	-	-	292	381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	6.688	7.008		18	-	-	1.925.824	1.229.499
Despesas pagas antecipadamente		-	-	9.203	12.220		15	-	-	1.155.830	776.022
Causas e depósitos judiciais	21	778	678	15.333	14.965		16	-	-	19.213	6.734
Ativo contratual da concessão	9	-	-	13.310.348	9.007.266		21	5.114	5.933	9.277	6.717
Adiantamento para futuro aumento de capital	29	103.600	161.630	-	-		26	24	36.202	55.592	
Outros ativos		81	-	14.341	12.433		22	1.102.685	1.257.850	13.631.828	11.829.667
Investimentos em controladas	10	5.334.961	4.403.112	-	-		20	647.253	802.916	2.981.996	2.981.996
Investimento em controlada em conjunto	10	127.734	136.958	127.734	136.958			1.132	1.687	28.300	27.892
Propriedades para investimento		7.731	7.826	7.731	7.826			-	-	292	381
Imobilizado	12	2.189	2.381	4.672.156	4.426.026		28	-	-	1.925.824	1.229.499
Intangível	13	54.294	71.694	198.000	184.172		18	-	-	1.155.830	776.022
Total do Ativo		6.852.803	6.260.039	22.576.510	19.369.372		11	6.852.803	6.260.039	22.576.510	19.369.372

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Descrição	Nota	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar					
Saldos em 1º de janeiro de 2019		2.981.996	(65.225)	43.695	138.172	1.205.182	-	-	4.328.048	1.933.661	6.261.709
Resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	890.284	-	751.113	1.641.397
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.298	-	14.298	14.298
Ajustes de conversão cumulativa do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital com os sócios		-	-	-	-	-	-	-	-	110.486	110.486
Aumento de capital - acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	26.456	26.456
Dividendos declarados (nota 22)		-	-	28.245	-	-	-	(202.196)	(202.196)	(443.697)	(645.893)
Variação na participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	159.857	159.857
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação da reserva legal (nota 22)		-	-	-	44.514	-	-	(44.514)	-	-	-
Destinação da reserva de lucros a realizar (nota 22)		-	-	-	-	220.689	-	(220.689)	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembleia (nota 22)		-	-	-	-	422.885	-	(422.885)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.981.996	(65.225)	15.450	182.686	220.689	1.628.067	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065

Descrição	Nota	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar					
Saldos em 1º de janeiro de 2020		2.981.996	(65.225)	15.450	182.686	220.689	1.628.067	38.526	5.002.189	2.537.876	7.540.065
Resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	942.088	-	1.113.417	2.055.505
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	46.927	-	46.927	46.929
Ajustes de conversão cumulativa do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(298)	(298)
Transação de capital com os sócios		-	-	-	-	-	-	-	-	101.381	101.381
Aumento de capital - acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	4.031	4.031
Dividendos declarados (nota 22)		-	-	4.031	-	-	-	(246.151)	(246.151)	(534.380)	(780.531)
Redução de capital - acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(450)	(450)
Variação na participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(16.186)	(16.186)
Outras movimentações dos acionistas não controladores		-	-	1.034	-	-	-	-	1.034	(2.765)	(1.731)
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação da Reserva legal (nota 22)		-	-	-	47.104	-	-	(47.104)	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 22)		-	-	-	-	422.029	-	(422.029)	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembleia (nota 22)		-	-	-	-	447.493	-	(447.493)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.981.996	(65.225)	20.515	229.790	422.029	2.075.560	85.453	5.700.118	3.194.564	8.944.682

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alupar Investimento S.A. ("Companhia" ou "Alupar") é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão) sob o código de negociação ALUP11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes no setor de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a elaboração de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupari Participações Ltda. ("Guarupari") e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades holdings e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

Empresas (abreviação)

Empresas (abreviação)	Localização/Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início-Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (Kv)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação	Revisão tarifária prevista
Controladas:									
Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP)	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 - 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão de Energia S.A. (ENTE)	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/17/02 - 11/17/22	22/02/03	464	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (ERTE)	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 - 11/12/22	15/09/04	179	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE)	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 - 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE)	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 - 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN)	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 - 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 - 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transsul de Transmissão (Transsul)	Itutinga (RJ) - Jura de Foz de Iguaçu (PR)	005/2005	04/03/05 - 04/03/25	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transpará de Transmissão (Transpará)	Irapé (MG) - Aracaju (SE)	012/2005	15/03/05 - 15/03/25	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC)	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 - 27/04/36	08/11/07	195	230	IGP-M	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Lumitrans)	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 - 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES)	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 - 20/04/37	12/12/08	107	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE)	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08 - 16/10/38	30/06/11	775	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (ESDE)	Subestações Santos Dumont (MG)	025/2009	19/11/09 - 19/11/39	06/10/13	230	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (ETEM)	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 - 12/07/40	23/02/12	Subestação	230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissão de Varzea Grande (TVG)	Subestação Varzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 - 23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissão Serrana S.A. (ETSE)	Subestação Abdon Batista/Gaspas (SC)	006/2012	10/05/12 - 10/05/42	19/01/15	Subestação	230/251 138/230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. (LETE)	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 - 05/09/44	Pré Operacional	SE-40 Km	230/345	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. (ETAP)	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16 - 02/09/46	06/04/19	10	500/230	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissora Capibana S.A. (ETCP)	Rio Paracatu (RS) e Salinas das Missões (RS)	02/2016	02/09/16 - 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IGP-M	Sim	Não
Empresa Transmissora Caminho da Energia S.A. (TCEP)	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 - 10/02/47	Pré Operacional	288	500	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Paraisópolis de Energia S.A. (TPE)	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	002/2017	10/02/17 - 10/02/47	25/10/20	541	500	IGP-M	Sim	Não
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (ESTE)	Mezquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 - 10/02/47	Pré Operacional	236	500	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (TSM)	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 - 11/08/47	Pré Operacional	300	500	IGP-M	Sim	Não
Transmissora Colombiana de Energia S.A. S.E.S.P. (**)(TCE)	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	28/11/16 - Indefinido	Pré Operacional	230	500	IPP	Não	Sim
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (EDTE)	Bicacora (BA) - Bicacora (BA)	015/2016	01/12/16 - 01/12/46	20/10/20	170	500	IGP-M	Sim	Não
Amazonia - Eletrotorne Transmissora de Energia									

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Financiadores	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado					
	Empresas		Ergarcos financeiros a.a.		Periodicidade da amortização		Custos a amortizar		31/12/2020		31/12/2019	
	Data da contratação	Vencimento	Moeda/Principal contratado	Indexador	Juros (%)		amortizar	Ergarcos	Principal	Total	Total	Total
Pre - Operacionais												
Itaú Corpbanca Colombia Prenda	TCE	julho/17	julho/20	COP 200.000	IBR(**)	4,44	Mensal	-	-	-	-	53
Itaú Corpbanca Colombia Leasing	TCE	julho/17	julho/20	COP 330.000	IBR(**)	10,32	Mensal	-	-	-	-	51
Santander Brasil- Capital de trabalho	TCE	maio/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Trimestral	(209)	5.739	156.831	162.361	125.042
Corporacion Andina de Fomento (CAF)												
Banco Deutsche Investitions												
Subtotal Circulante												
Não circulante												
Total												
Circulante												
Não circulante												
(*) Taxa Ibor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. (**) Indicador Bancário de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal.												

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos. A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devido da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dividas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2020, e em 2019, estes índices, cuja apuração é efetivada anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020, alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuem garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$103.619(R\$104.963 em 31 de dezembro de 2019) evidenciado na nota explicativa nº 7.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Consolidado			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
Saldo inicial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ingresso de dividas (Custo a amortizar)	1.212.192	1.216.142	811.665	644.359
Provisão de encargos	492.097	44.925	153.032	645.409
Variação monetária e cambial	86.232	87.368	56.452	142.684
Gainho e perda na conversão	1.494	2.776	68.331	62.825
Amortização do principal	(274.919)	(152.253)	(133.135)	(28.947)
Amortização do encargos	(488.289)	(87.155)	(173.685)	(408.504)
Emprestimo adquirido em combinação de negócios	-	100.389	-	100.389
Saldo final	1.468.807	1.212.192	1.050.643	811.665

Durante o exercício de 2020, foram contratados empréstimos junto aos Bancos Itaú e Santander através de Cédulas de Crédito Bancário no montante de R\$478.535 pelas controladas TME, ECTE, ENTE, ETEP e ETES. As EDVs obtiveram novas liberações por parte do BNDES, do financiamento obtido pelas elas em dezembro de 2019, no montante de R\$ 13.562. E por fim, a controlada Alupar Colombia contratou empréstimo junto ao Banco Itaú no valor de 11.000 mil dólares. Salda a amortizar dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador:

20. DEBÊNTURES

As principais características e o saldo de debêntures são compostas da seguinte forma:

Financiadores	Consolidado					
	Condições contratadas das debêntures			Controladora		
Operacionais	Empresas	Data da contratação	Vencimento	Principal	Indexador	Juros (%)
	Alupar	dezembro/19	outubro/25	648.500	IPCA	7,33
7ª Emissão	Winepar	dezembro/16	dezembro/28	67.500	IPCA	7,63
1ª Emissão	EATE	agosto/14	agosto/20	159.000	CDI	10,975
4ª Emissão	EATE	setembro/16	setembro/21	54.000	CDI	11,600
5ª Emissão - II	EATE	setembro/17	setembro/22	70.000	CDI	10,775
6ª Emissão	EATE	junho/18	junho/23	85.000	CDI	11,200
7ª Emissão	EATE	junho/18	junho/24	270.000	CDI	10,860
8ª Emissão	EATE	junho/18	junho/24	270.000	CDI	10,860
3ª Emissão	ECTE	maio/15	fevereiro/20	70.000	CDI	2,15
4ª Emissão	ECTE	setembro/17	setembro/22	75.000	CDI	10,775
5ª Emissão	ECTE	junho/19	junho/24	50.000	CDI	10,860
2ª Emissão	ENTE	agosto/14	agosto/20	248.000	CDI	10,975
3ª Emissão - II	ENTE	setembro/16	setembro/21	12.000	CDI	11,600
4ª Emissão	ENTE	junho/19	junho/24	50.000	CDI	10,860
2ª Emissão	ETEP	agosto/14	agosto/20	69.000	CDI	10,975
3ª Emissão	ETEP	junho/18	junho/23	45.000	CDI	11,200
3ª Emissão	Ferreira Gomes	junho/14	dezembro/27	210.900	IPCA	6,47
1ª Emissão	STN	agosto/14	agosto/20	101.000	CDI	10,975
2ª Emissão	Transparé	setembro/17	setembro/22	30.000	CDI	10,975
1ª Emissão	Translaste	agosto/14	agosto/20	55.000	CDI	10,975
2ª Emissão	Translaste	setembro/17	junho/22	30.000	CDI	10,775
2ª Emissão	Translaste	setembro/17	setembro/22	50.000	CDI	10,775
1ª Emissão	EBTE	junho/18	junho/23	110.000	CDI	11,200
1ª Emissão	ETES	junho/18	junho/23	40.000	CDI	11,200
2ª Emissão - I	ETAP	setembro/18	setembro/23	41.300	CDI	11,200
2ª Emissão - II	ETAP	setembro/18	setembro/23	114.700	IPCA	6,17
1ª Emissão	FTVG	junho/18	junho/23	38.000	CDI	11,200
2ª Emissão	Verde Oro	junho/18	junho/25	140.000	IPCA	5,96
2ª Emissão - I	ETC	setembro/18	setembro/23	30.700	CDI	11,350
2ª Emissão - II	ETC	setembro/18	setembro/23	85.300	IPCA	6,17
2ª Emissão	EDTE	dezembro/18	dezembro/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%
1ª Emissão	ETB	dezembro/19	fevereiro/29	715.000	IPCA	5,34
1ª Emissão	AETE	setembro/20	setembro/26	130.000	CDI	2,70
Pre - Operacionais						
1ª Emissão	TCC	setembro/18	setembro/28	680.000	IPCA	6,53
1ª Emissão	TSE	setembro/18	setembro/28	1.070.000	IPCA	6,53
1ª Emissão	TPM	dezembro/19	dezembro/44	530.000	IPCA	4,50
1ª Emissão	ESTE	dezembro/19	dezembro/44	415.000	IPCA	4,50
Total						
Circulante						
Não circulante						

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices: • Controladora - Dívida Líquida/Divididos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Divididos + JCP Recebidos + EBITDA)/Despesa Financeira Líquida e • Consolidado - Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta/(Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controlados). Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e o Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O ICSD é o cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acerca do vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto. As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	964.630	679.990	6.490.298	4.542.789
Ingresso de dividas (custo a amortizar)	-	25.776	46.322	523.901
Provisão de encargos	-	26.807	29.347	46.038
Variação monetária	-	(158.605)	(385.703)	(433.377)
Amortização do principal	-	(41.767)	(51.902)	(299.248)
Amortização do encargos	-	-	-	62.945
Debêntures adquirida em combinação de negócios	-	-	-	6.490.298
Saldo final	816.841	964.630	6.490.006	6.490.298

Durante o exercício de 2020, ocorreram as liquidações da 1ª emissão de debêntures simples da STN e Translaste, no montante de R\$27.707, 8ª 2ª emissão de debêntures simples da ENTE e ETEP, no montante de R\$55.939, da 3ª emissão de debêntures simples da ETE e da segunda série da ENTE, no montante de R\$14.000, da 4ª emissão de debêntures simples da EATE, no montante de R\$28.058, e da 6ª emissão de debêntures simples da Alupar no montante de R\$158.605. Adicionalmente, ocorreu a captação da 1ª emissão de debêntures da AETE no montante de R\$130.000. Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2020					
	Consolidado		Controladora		Total	
CDI	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IPCA	4.479	-	-	324.250	324.250	-
(-) Custos a amortizar	165.904	-	-	-	-	165.904
169.588	(337)	(337)	323.913	324.014	-	816.841

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019					
	Consolidado		Controladora		Total	
CDI	2020	2021	2022	2023	2024	2025
IPCA	163.296	156.371	-	324.250	324.250	-
(-) Custos a amortizar	(1.582)	(735)	(925)	(325)	(245)	(3.537)
161.714	155.636	(925)	(325)	323.925	324.005	964.630

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2020					
	Consolidado		Controladora		Total	
CDI	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IPCA	226.490	193.979	116.313	636.600	386.550	63.485
(-) Custos a amortizar	(16.789)	(17.139)	(16.881)	(16.384)	(15.570)	(15.663)
459.821	189.741	306.360	1.119.287	881.903	538.617	2.960.277

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2019					
	Consolidado		Controladora		Total	
CDI	2020	2021	2022	2023	2024	2025
IPCA	275.228	203.840	141.177	109.589	644.785	324.250
(-) Custos a amortizar	(16.190)	(17.474)	(16.925)	(16.530)	(16.045)	(15.270)
479.525	371.287	157.814	222.525	1.039.118	785.348	3.434.951

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
Provisões	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributário	-	-	1.477	1.395
Cível	6	10	8.537	6.122
Fundário	-	-	-	718
Trabalhista	5.108	5.933	773	668
Provisões administrativas	-	-	8.448	9.044
Regulatório (ANEEL)	-	-	-	27
5.114	5.933	778	678	18.462
Circulante	-	-	15.167	15.349
Não circulante	5.114	5.933	778	678
b) Movimentação da provisão para contingências:				
Provisões judiciais				
Cível	31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020
Trabalhista	-	6	-	6
Provisões administrativas				
Cível	5.933	764	(1.589)	5.108
Trabalhista	5.933	370	(1.589)	5.114
Regulatório	-	-	-	-
Contingências adquiridas				
Provisões judiciais				
Tributário	3.450	853	57	(3.410)
Cível	1.554	378	(25)	4.348
Trabalhista	6.124	6.202	(3.152)	9.274
11.128	7.443	57	(4.337)	15.167

Em 31 de dezembro de 2020, os processos relacionados à perdas prováveis da Companhia e suas controladas referem-se às seguintes assuntos: **Tributário**: As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes à retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão. **Cível**: As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico financeiro dos contratos firmados. **Trabalhista**: A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade e etc. relacionados a ex-colaboradores. c) Contingências passivas - risco de perda possível: A Companhia e suas controladas não tem processos judiciais e recursos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são baixas, devido à sua base sólida de devedores, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. Em 31 de dezembro de 2020, os processos relacionados à perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

Provisões judiciais	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Tributário	50	60.060	46	51.359
Cível e Ambiental	42	187.401	46	114.164
Trabalhista	147	13.266	62	15.665
Regulatório	10	46	8	29
249	260.776	162	181.217	

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco de causa supera R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Resumo dos principais processos em risco de perda possível: **Tributário**: • Inscricao Fiscal nº 080994733820178220010 - em face da controlada em conjunto Transporte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, com o objeto de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013). O valor em risco aproximado é de R\$17.568 (R\$17.177 em 31 de dezembro de 2019); e • Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S

continuação
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Consolidado		Empresas
	Exercício findo em 31/12/2020	31/12/2019	
a) Composição dos tributos no resultado:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(104.121)	(92.207)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(697.189)	(448.663)	
Total	(801.310)	(540.870)	
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:			
Resultado antes dos tributos	2.856.815	2.182.267	
Alíquota nominal	34%	34%	
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(971.317)	(741.971)	
Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:			
Incentivo Fiscal (*)	114.182	95.184	
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	3.507	960	
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	2.298	-	
(-) Despesas e provisões indedutíveis	(2.326)	(1.261)	
(-) Resultado de equivalência patrimonial	9.224	57.394	
(-) Exclusão - Receita financeira da concessão - Artigo 84 inciso II n° 1515/14	461.608	789	
(+) Adição "AVP" - Artigo 84 inciso II n° 1515/14	(241.191)	-	
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	52.131	115.659	
Exclusão dos efeitos CPC 47	(88.740)	-	
Diferimento de órgãos públicos	(2.505)	-	
Outras	(138.181)	(67.624)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(801.310)	(540.870)	
Alíquota efetiva	28,0%	24,8%	

(*) Incentivos fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas Controladas	Referente Ano Fiscal 2020			
	Alíquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal de ICMS até:
Alupar Peru	9,25%	-	-	-
Transminas	9,25%	-	-	-
Alupar Chile	9,25%	-	-	-
Foz	3,65%	-	-	-
Lavrinhas	3,65%	-	-	-
Queleuz	3,65%	-	-	-
Ferreira Gomes (**)	9,25%	2026	-	-
GET	9,25%	-	-	-
Risaralda	9,25%	-	-	-
Alupar Colômbia	9,25%	-	-	-
Verde 8	9,25%	-	-	-
Água Limpá	9,25%	-	-	-
La Virgen	9,25%	-	-	-
EATE (*)	3,65% e RBNI 9,25%	2023	-	-
STM (*)	3,65%	2025	-	-
ETEP (*)	9,25%	2021	-	-
ETEP (*)	3,65%	2025	-	-
ENTE (*)	3,65%	2025	-	-
ERTE (*)	3,65%	2024	-	-
ECTE (*)	3,65%	-	-	-
ETEM	9,25%	2024	-	-
ETVG	9,25%	2024	-	-
ELTE	9,25%	2020	-	-
Lumitrans	3,65%	-	-	-
STC	3,65%	-	-	-
ACE	9,25%	-	-	-
AF	9,25%	-	-	-
Windepar	9,25%	-	-	-
ETC	9,25%	2029	-	-
TCC	9,25%	-	2020	-
TPE	9,25%	2022	2020	-
TSM	9,25%	2022	-	-

	Referente Ano Fiscal 2020			Regime de tributação	Parte relacionada/transação
	Alíquota de Pis e Cofins	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:		
Transmissoras Reunidas	9,25%	-	-	Lucro Real	ETC
AETE	3,65%	-	-	Lucro Presumido	TPE
EBTE	9,25%	2020	-	Lucro Real	TCC
Transleste	3,65%	-	-	Lucro Presumido	TSM
Transudeste	3,65%	-	-	Lucro Presumido	ETB
Transirapé	3,65%	-	-	Lucro Presumido	APAEATE
ESDE	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Adiantamento para futuro aumento de capital (v)
ETSE	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Alupar Peru
ESTE	9,25%	-	-	Lucro Real	GET
EDV I	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Transmissoras reunidas
EDV II	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Água Limpá
EDV III	3,65%	-	-	Lucro Presumido	ELTE
EDV IV	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Alupar Chile
EDV X	3,65%	-	-	Lucro Presumido	Windepar
TCE	9,25%	-	-	Lucro Real	ETC
EDTE	9,25%	-	-	Lucro Real	EAP I
TME	9,25%	2024	-	Lucro Real	EAP II
ETB	9,25%	2022	-	Lucro Real	Passivo
EAP I	9,25%	(***)	-	Lucro Real	Fornecedores
EAP II	9,25%	(***)	-	Lucro Real	Ferreira Gomes - Compra de energia ambiente livre (vi)
EAP III	9,25%	-	-	Lucro Real	ETB - Compromisso de integralização (vii)
EAP IV	9,25%	-	-	Lucro Real	Verde 8 - Compra de energia ambiente livre (vi)
EAP V	9,25%	-	-	Lucro Real	Dividendos a pagar (viii)
EAP VI	9,25%	-	-	Lucro Real	Guarupat
EAP VII	9,25%	-	-	Lucro Real	Acionistas minoritários da controladora
Controlada em conjunto	9,25%	-	-	Lucro Real	Acionistas não controladores
TNE	9,25%	-	-	Lucro Real	Parte relacionada/natureza da transação

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidos à dedução de 3,65% PIS/COFINS. (***) Em 08 de outubro de 2018 foi publicado no D.O. o reconhecimento do regime especial de tributação aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo artigo 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passou a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS e COFINS. (***) Em 26 de novembro de 2020 foi solicitado o enquadramento do projeto no REIDI, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica.

29. PARTES RELACIONADAS

a) Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Balanco patrimonial				
Ativo				
Investimento de curto-prazo	258.892	253.563	327.576	303.509
Caixa Econômica Federal (i)	258.892	253.563	327.576	303.509
Outros ativos	13.263	69.476	-	-
Verde 8 - Reembolso de despesas (ii)	13.263	13.476	-	-
Windepar - Mútuo (iii)	-	56.000	-	-
Dividendos a receber (iv)	390.119	286.469	75	75
Transminas	7.073	6.003	-	-
EATE	111.335	33.045	-	-
ENATE	14.517	15.130	-	-
ECTE	10.464	6.018	-	-
ERTE	-	2.223	-	-
ETEP	7.137	8.397	-	-
STC	1.437	-	-	-
Lumitrans	1.391	-	-	-
ETES	12.736	12.736	-	-
luj	8.878	4.570	-	-
Foz	8.927	4.481	-	-
Lavrinhas	11.531	10.431	-	-
Queleuz	24.192	23.009	-	-
TME	8.749	19.315	-	-
ETEM	1.969	1.081	-	-
ETVG	8.960	7.504	-	-
Ferreira Gomes	6.970	10.308	-	-
TNE	75	75	75	75
ETAP	51.864	36.117	-	-

b) Garantias: b.1) As transações de garantias entre as empresas do grupo referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo Devedor do Contrato em 31/12/2020
01/02/08	Conselho de Administração	Queleuz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.677	11/03/09	15/01/25	41.288
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	44.311
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	112.318
11/02/08	Conselho de Administração	luj	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	102.952
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	4.586
21/07/10	Conselho de Administração	Queleuz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	9.043
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	21.283
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora	470.600	28/12/12	15/04/31	300.463
08/08/13	Assembleia Geral Extraordinária	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	12.165
08/08/13	Assembleia Geral Extraordinária	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	01/03/25	3.763
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 177.906/13	Penhor de Ações	19.761	27/12/13	15/01/24	10.337
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.473	27/12/13	15/12/28	25.755
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	307.813
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	4.206
10/03/15	-	La Virgen	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	US\$ 80.000	10/03/15	10/03/32	415.688
10/03/15	-	La Virgen	Alupar	Contrato de empréstimo de longo prazo	Aval Corporativo	US\$ 80.000	10/03/15	10/03/32	386.237
14/12/15	Conselho de Administração	EDV I	Alupar/ Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVes (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Divid, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa	57.990	11/02/16	15/10/32	53.671
14/12/15		EDV II				32.220	11/02/16	15/10/32	30.296
14/12/15		EDV III				49.007	11/02/16	15/10/32	46.308
14/12/15		EDV IV				81.047	11/02/16	15/10/32	71.048
14/12/15		EDV X				47.042	11/02/16	15/10/32	38.831
27/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	3.290
29/01/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.469	05/04/16	15/04/21	2.430
21/11/16	Assembleia Geral Extraordinária/ Conselho de Administração	Windepar	Alupar e EDVs	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVes), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos,	67.500	15/12/16	15/12/28	75.231
10/03/17	Conselho da La Virgen S.A.C.	La Virgen	Alupar	Carta Fiança	Guaranty greement	US\$ 80.000	10/03/17	10/03/32	415.688
11/12/17	AGE	ETAP	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	156.000	15/09/18	15/09/25	162.939
11/12/17	AGE	ETC	Alupar	Debêntures - 2ª Emissão	Fiança	116.000	15/09/18	15/09/25	121.189
27/04/18	-	TCE	Alupar	Nueva Esperanza 500 KV La Virginia 500KV em Colômbia	Loan Agreement. Financiamento Proyecto UPME 06-2017 Línea de Transmisión La Virginia - Nueva Esperanza 500KV	US\$ 30.000	27/04/18	27/04/21	162.361
30/05/18	-	Risaralda	Alupar	Carta Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo de 29/05/2018	COP \$ 120.000.000	30/05/18	30/05/25	164.872
15/07/18	-	Verde 8	Alupar	2ª Debêntures Verde 08	Fiadora	140.000	15/07/18	15/07/25	152.813
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TCC	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	680.000	15/09/18	15/09/28	733.293
26/09/18	Assembleia Geral Extraordinária	TPE	Alupar	1ª Emissão de Debêntures	Fiadora	1.070.000	15/09/18	15/09/28	1.153.925
21/12/18	-	Alupar Peru	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	US\$ 17.500	21/12/18	20/12/21	91.249
18/03/19	-	Alupar Peru	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora no Contrato de Empréstimo	US\$ 17.500	18/03/19	17/03/22	94.163
06/11/19	Assembleia Geral Extraordinária	EDV I	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I, pela EDV I, EDV 2, EDV 3, EDV 4 e EDV 10: os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; (b) dos CCVes a serem celebrados entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de				

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato da BNB não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita à apenas um determinado. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e ii) CO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor atual, uma vez que está refletidos as taxas de mercado para este instrumento financeiro. • Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Para as debêntures das controladas que não estão negociadas no mercado ativo, a Companhia, com base em seus debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **30.3. Informações sobre Liquidez:** A Companhia e suas controladas possuem política de eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas. A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total consolidado (soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$8.975.456, sendo que 9,18% desse volume foi relacionado à aquisição de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros e economia brasileira não impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis a dívida existente. Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua avaliação financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 1,03 (1,04 em 2019) e do Consolidado é de 1,16 (1,12 em 2019). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contratadas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa e adiantamentos afetados. Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 39,6% de recursos próprios em contrapartida a 60,4% de capital de terceiros (38,9% de recursos próprios e 61,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019). A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,3% em 31 de dezembro de 2020 (112,9% em 31 de dezembro de 2019). **30.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros:** Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras em que a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/ CDI e assim definidos os cenários prováveis a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações Financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário Provável	Projeção Recitas Financeiras - Um Ano			
				Risco de Redução		Risco de Aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Equivalentes de caixa	CDI	630.095	2.38%	1,79%	2,98%	3,57%	
Investimentos de curto prazo	CDI	1.405.506	33,451	16.726	25.088	41.814	50.177
Títulos e valores mobiliários	CDI	103.619	2.466	1.233	3.083	3.699	
Total		2.139.220	50,913	25,457	38,185	63,642	76,370

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI e o PCA foram projetados por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2020; e no caso de TJP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Consolidado	Indexador	Taxa de Juros Média a.a.	Posição em 31/12/2020 (*)	Cenário Provável	Projeção Recitas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP+	2,36%	835.596	4,55%	2,28%	5,69%	6,83%		
IPC+A	1,68%	59.103	2,45%	1,23%	3,06%	3,68%		
CDI+	3,06%	493.145	2,38%	1,19%	2,98%	3,57%		
CDI+	110,00%	1.597.017	2,38%	1,19%	2,98%	3,57%		
IPC+A	5,52%	5.019.791	4,06.807	341.921	374.364	439.250	471.693	
Total		7.511.507	1.434.230	1.319.355	1.376.792	1.491.668	1.549.103	

(*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exerce também os contratos que são remunerados com taxa fixa.

30.5. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas: Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

30.5.1. Risco de crédito: Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, a) Contas a receber de clientes: a sensibilidade da Companhia e suas controladas incorem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de produtos e a prestação de serviços são realizadas através de aplicações de garantias, exposição de títulos e instrumentos financeiros. Nas controladas a comercialização de produtos e a prestação de serviços são realizadas através de aplicações de garantias, exposição de títulos e instrumentos financeiros. b) Contas a receber de fornecedores: a sensibilidade da Companhia e suas controladas incorem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus fornecedores. Na Companhia a comercialização de produtos e a prestação de serviços são realizadas através de aplicações de garantias, exposição de títulos e instrumentos financeiros. Nas controladas a comercialização de produtos e a prestação de serviços são realizadas através de aplicações de garantias, exposição de títulos e instrumentos financeiros. c) Contas a receber de outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantia. b) Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo: Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações de mercado e à falta de associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha e no Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concessão, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

30.5.2. Risco de liquidez: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.133.734 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. Adicionalmente, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Em relação ao caixa, as aplicações financeiras são geradas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado. Outro ponto importante é que 90,90% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (89,67% em 31 de dezembro de 2019), sendo em sua grande maioria na modalidade de project finance, captados junto ao BNDES, emissão de debêntures de infra- e outros serviços de fomento. Cerca de 38,01% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (43,31% em 31 de dezembro de 2019). **30.5.3. Riscos de mercado: • Risco Hidrológico:** O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, em sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ON3 opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Portanto, com o objetivo de monitorar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste de Energia. O MRE, que pode resultar em aplicações financeiras negativas para os operadores hidrológicos. Entretanto, resulta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE. A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. • **Risco de Descontratação:** Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sendo, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As contraturas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Este eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, queda ou falta de equipamentos e/ou processos, dessempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares. A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas. **30.5.4. Risco de taxas de câmbio:** A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 9,81% do total da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2020 e 10,20% em dezembro de 2019). De acordo com suas políticas financeiras internas, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **30.5.5. Risco de reestruturação:** As atividades das controladas da Companhia, assim como as suas concessionárias regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas. **30.5.6. Risco financeiro:** Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações de mercado e ao risco de assoe associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de Instituições Financeiras de primeira linha e com o estabelecimento de limites de concessão. **30.5.7. Risco de aceleração de dividendos:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros (vide notas explicativas nº 19 e nº 20). **30.5.8. Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer a captação de novos empréstimos, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.519.450	2.023.857
Debêntures	816.841	964.630	6.456.006	6.490.298
Dívida bruta	816.841	964.630	8.975.456	8.514.155
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.784)	(39.474)	(674.609)	(1.025.204)
(-) Investimentos de curto prazo	(355.099)	(983.103)	(1.405.506)	(2.864.348)
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(103.619)	(104.963)
Dívida líquida	71.958	(57.947)	6.791.722	4.519.640
Patrimônio líquido	5.750.118	5.002.189	8.944.680	7.540.065
Índice de endividamento líquido	0,01	(0,01)	0,76	0,60

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os principais segmentos operacionais da Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende a atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente. Os indicadores chaves utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia são o lucro líquido e LAJIDA. A LAJIDA não é feito nenhum ajuste. Estão apresentadas a seguir as informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia e suas controladas:

	Exercício findo em 31/12/2020				Eliminações - Controle compartilhado (199.700)	Eliminações - Intercompanhia (108.842)	Total consolidado (6.745.065)
	Transmissão 6.298.890	Geração 625.829	Outros (b) -	Subtotal 7.053.607			
Receita operacional bruta	593.229	-	-	593.229	(2.028)	-	591.201
Receita de operação e manutenção	3.466.296	-	-	3.466.296	(264.582)	-	3.241.714
Receita de infraestrutura	2.239.365	-	-	2.239.365	22.910	-	2.266.275
Remuneração do ativo de concessão	-	625.829	-	625.829	-	(99.807)	645.875
Suprimento de energia	-	-	119.853	745.688	-	(9.035)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	9.035	98.977	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(570.327)	(46.586)	(12.034)	(628.947)	24.627	(604.320)	-
Receita operacional líquida	5.728.563	579.243	(116.854)	6.424.660	(175.073)	(108.842)	6.140.745
Custo do serviço	-	-	-	-	-	-	-
Custo com energia elétrica	-	(88.425)	(153.154)	(241.579)	-	99.807	(141.772)
Energia comprada para revenda	-	(32.795)	-	(32.795)	-	-	(32.795)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(8.441)	-	(8.441)	-	-	(8.441)
Custo de operação	(125.839)	(63.416)	(6.426)	(195.681)	2.200	9.035	(184.446)
Custo de infraestrutura	(2.403.083)	-	-	(2.403.083)	198.810	-	(2.204.273)
Depreciação/Amortização	(2.949.117)	(124.950)	(70)	(3.074.077)	-	-	(3.074.077)
	(2.531.771)	(318.035)	(159.650)	(3.009.456)	201.059	108.842	(2.699.555)

Diretoria: José Luiz Godoy Pereira - Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17. Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 22 de março de 2021

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Alupar Investimento S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das deduções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita nas seções a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas; de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na forma de nota ou assunto que essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abordo, a descrição de como a nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abordo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 as demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliaram que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 14.600.710 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - "Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer)", conforme divulgado na nota explicativa 3.10, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetoria ao longo de tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os efeitos ou insucessos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria concluiu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros, (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia e suas controladas, para estimar o custo total de construção; e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventos risks de penalizações por atrasos na construção ou não cumprimento; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Trifaria Peridica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador; (x) análise da eventual existência do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na sua Revisão Anual Periódica (RAP) e verificação das ações de projetos e das bases de remuneração; (xi) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico de obras em andamento, bem como a avaliação da existência ou não de itens anormais no cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento e o orçamento atualizado das obras em andamento; e as justificativas apresentadas pela gestão da obra sobre os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de índices de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construídas do projeto de construção; (xii) análise das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xiii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria relacionado à contabilização das receitas de contrato na competência incorreta, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de infraestrutura e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.10 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Conforme divulgado na nota explicativa 12 as demonstrações contábeis, o saldo do imobilizado da Companhia era de R\$ 4.672.156 mil para o consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R\$ 1.382.516 mil registrado como ativo imobilizado, o qual está sujeito a avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável, os quais foram observados durante o exercício corrente. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado; e, consequentemente, no montante registrado nas demonstrações contábeis. Como nossa auditoria concluiu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) a avaliação das premissas utilizadas para a projeção de fluxo de caixa em relação às variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volume e preço da energia gerada; e (iii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nas análises de cálculo de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no

	Exercício findo em 31/12/2020				Eliminações - Controle compartilhado 25.966	Eliminações - Intercompanhia -	Total consolidado 3.441.190
	Transmissão 3.196.792	Geração 261.208	Holding (a) -	Outros (b) (42.796)			
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-
Despesas e receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-
Administrativas e gerais	(52.838)	(26.250)	(42.090)	-	(121.178)	284	(120.894)
Equivalência patrimonial	-	-	1.124.835	-	1.124.835	-	(9.224)
Outras receitas	3.984	3.714	119	-	7.817	-	7.817
Outras despesas	(49.158)	(22.536)	(1.082.833)	-	(1.071.139)	284	(1.134.059)
LAJIR	3.147.634	238.6					